

## Centrais Sindicais apontam prevaricação de setores partidarizados da PRF

Nota das centrais sindicais sobre os tumultos nas estradas que tiveram início após a proclamação do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), no domingo (30).

### Eleições legítimas e povo soberano

As centrais sindicais signatárias reafirmam a defesa da democracia e do legítimo processo eleitoral de 30 de outubro, que elegeu Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência da República, cujo mandato se iniciará em 1º de janeiro de 2023.

O segundo turno das eleições de 2022 ficará marcado na história do Brasil como o momento em que a democracia, a busca pela paz, pela justiça social e a normalidade política retornam pela vontade legítima e soberana do povo brasileiro.

Tendo em vista que as eleições em todo Brasil foram legítimas, democráticas, transparentes e reconhecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e que todos devem se submeter à vontade soberana do povo e do eleitorado.

Não podemos aceitar uma espécie de 3º turno que setores políticos isolados do bolsonarismo tentam, numa estratégia golpista e antidemocrática, submeter a sociedade brasileira através de

tumultos, bloqueios de rodovias e outras manifestações sem respaldo político e popular.

É inaceitável e criminosa a posição adotada por setores partidarizados dos órgãos de segurança – em especial da Polícia Rodoviária Federal (PRF) – que prevaricam no cumprimento de suas funções e obrigações legais e constitucionais.

Conclamamos urgentemente que os governos federal e estaduais, as instituições democráticas, em todas as formas da Lei, adotem todas as providências, e o retorno da normalidade para garantir o respeito à democracia e ao resultado das eleições.

É importante destacar que o movimento sindical não aceite provocações e radicalismos e reforçam a importância do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF) na busca de soluções republicanas.

Estaremos vigilantes para garantir o respeito à democracia e o resultado das eleições.



São Paulo, 1º de Nov. de 2022

Sergio Nobre  
Presidente da CUT

Miguel Torres  
Presidente da Força Sindical

Ricardo Patah  
Presidente da UGT

Adilson Araújo  
Presidente da CTB

Moacyr Roberto Tesch Auersvald  
Presidente da Nova Central

Antônio Neto  
Presidente Central dos Sindicatos  
Brasileiros (CSB)



### Por ordem do STF, polícias agem para acabar com arruaça de bolsonaristas em rodovias

Após intimação da Suprema Corte, até o ministro da Justiça anunciou aumento do efetivo para reestabelecer a normalidade. Chefe do Executivo, Bolsonaro não se pronuncia desde o domingo permitindo a desordem

[Matéria completa em cut.org.br/noticias](https://cut.org.br/noticias)



## Eleito presidente, Lula diz que deve dar reajuste a servidores, mas será necessário tempo

Um dia após as eleições para Presidência da República que deram vitória a Luiz Inácio Lula da Silva, servidores públicos federais, estaduais e municipais seguem atentos e mobilizados para frear as tentativas de aprovação da PEC 32/20, da reforma Administrativa de Bolsonaro-Guedes. Considerada uma das piores peças legislativas sobre Administração Pública já encaminhadas ao Congresso Nacional, a PEC 32 passou por diversas comissões e, de acordo com declarações recentes do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, poderia ser colocada em pauta ainda esse ano. Mas a categoria seguirá em luta para que esse projeto que representa uma ameaça direitos constitucionais da população brasileira seja barrado.

Ainda ontem, o presidente eleito falou a jornalistas que deve conceder reajustes reais nos salários do funcionalismo, mas que será necessário tempo para realizar o projeto. "Os funcionários públicos estão há sete anos sem receber reajuste", apontou Lula. Uma reforma Administrativa, diferente da proposta pelo atual governo, também estaria no radar do próximo governo.

A Condsef/Fenadsef vai convocar em breve seu Conselho Deliberativo de Entidades (CDE). A intenção é discutir e levantar as prioridades da maioria dos servidores do Executivo Federal e encaminhar uma pauta de reivindicações à equipe de transição do novo governo. A expectativa, como ocorreu nos governos de Lula e Dilma, é de que seja reestabelecido um canal de negociação permanente com os servidores públicos para que a categoria participe ativamente das propostas que vão impactar o servidores e serviços públicos. "É fundamental que o presidente e sua equipe ouçam o que os legítimos representantes dos servidores apresentem para que seja possível construir alternativas que de fato levem a melhorias em políticas públicas e no atendimento ao povo brasileiro", pontuou Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Condsef/Fenadsef.

Há ainda uma expectativa com relação a revogação de medidas unilaterais tomadas pelo governo Bolsonaro que impactaram diretamente o setor público. O atual ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a declarar que se gabava de já ter feito uma reforma Administrativa "invisível" com essas sucessivas



medidas. Não por acaso, os sucessivos ataques ao setor público vão deixar o governo Bolsonaro marcado como o pior para servidores e serviços públicos.

Com Bolsonaro, o Estado atingiu a menor marca da história em gasto com pessoal. Não por acaso, arrocho salarial, menos concursos e sucateamento do serviço público são marcas desse governo. "Será necessário uma intensa força tarefa para garantir que o setor público volte a ter espaço na agenda para garantir que o modelo de Estado assegurado em nossa Constituição seja efetivamente posto em prática", destacou Sérgio. "Seguiremos em luta na defesa de valorização dos serviços e serviços públicos de qualidade para o Brasil", reforçou.

Condsef/Fenadsef

A Reforma Administrativa faz mal ao Brasil

CANCELA  
A REFORMA  
JÁ!